

Escola como formação de cidadania

Com altos índices de repetência e evasão, a escola pública não cumpre sua tarefa

Maria Yedda Linhares



Soraila

No exercício da função pública, à frente de uma secretaria que conta com 130 mil funcionários e tem sob sua responsabilidade 2.500 escolas, com aproximadamente um milhão de alunos, vivo como historiadora e cidadã uma experiência absolutamente extraordinária — a de constatar na prática a resistência à mudança. Hoje percebo, com muita clareza, que as forças sociais capazes de conduzir um processo de transformação, longe estão de ser infalíveis e majoritárias. Se a esquerda nem sempre tem clareza quanto a esse processo, a direita — aquela que vemos bem situada no plano das elites dominantes e formadoras de opinião — se mostra mais estruturada e convicta do que deve ser preservado.

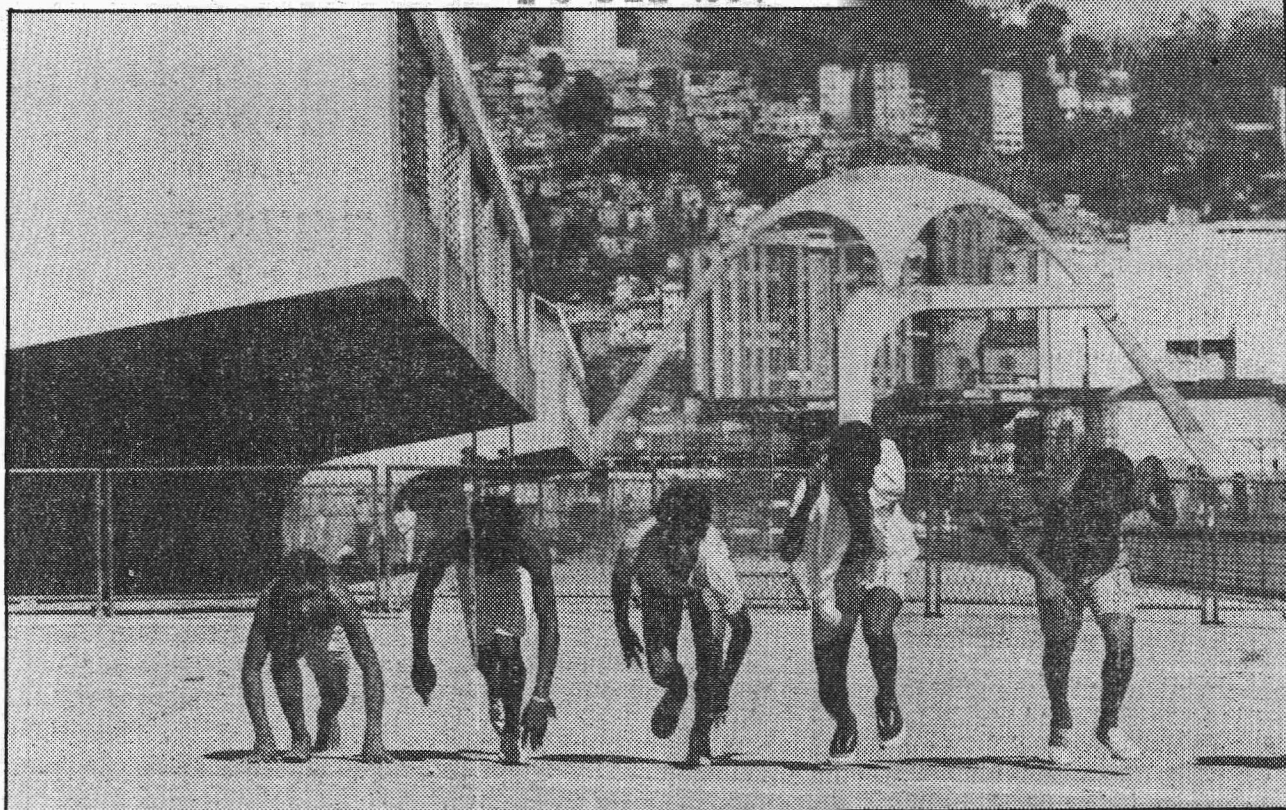
Aí, mais uma vez, digo que é preciso lutar. Lutar por uma escola pública universal, laica, igualitária e democrática; uma escola capaz de conduzir de fato a reversão do quadro social tradicional deste país, gerado no trabalho escravo e na desigualdade.

Ao propormos uma mudança fundamental no sistema de ensino básico da rede pública, partimos de duas premissas:

1 — a de que a educação é mais determinada do que determinante nas suas relações com a sociedade que a rege, e em cuja reprodução desempenha um papel fundamental, mas que apesar disso não pode haver transformação dissociada da escola;

2 — a de que a educação, mais do que uma especialidade que exige conhecimentos técnicos, é uma questão política e cultural e, por isso mesmo, polêmica. Assim, a sua evolução, no que se refere a maior ou menor participação do Estado, é da alçada do sistema político, social e ideológico.

□ Maria Yedda Linhares é secretária de Estado de Educação e professora emérita da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro.



Crianças brincam no Ciep do Sambódromo: alvo predileto de ataques

Já os inventores da Independência brasileira tentaram criar um sistema escolar — logicamente, naquele momento, 1824 — pautado no exemplo da França recém-saída da Revolução. Pretenderam os nossos primeiros legisladores garantir instrução primária gratuita a todos os cidadãos e, ainda, assegurar, o estabelecimento de colégios e universidades para o ensino dos elementos das ciências, letras e artes. No entanto, tais direitos constitucionais sempre reiterados com diferentes retóricas, nunca foram efetivados. A instrução primária jamais foi assegurada a todos, nem mesmo agora, decorridos 170 anos da Independência.

De fato, a tradição da escola pública é tênue no Brasil em face dos interesses privatistas e comerciais (lucros) predominantes a partir do período republicano, refletindo a divisão fundamental do país, jurídica até 1888, econômica, cultural e social, ontem e hoje.

Sabemos do peso que teve a escola pública na longa transformação da sociedade do mundo ocidental, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos. Sabemos também que a escola por si só não transforma a sociedade, mas temos em mente que ela é um importante veículo de mudança social. É evidente que em nosso país, marcado pelo colonialismo, pela escravidão, por uma longa tradição de concentração da renda que se transcreve na injustiça e na desigualdade, a educação pública não deixou raízes profundas. Todas as tentativas que no passado tiveram em mente gerar uma escola primária, capaz de elevar os padrões culturais e técnicos das comunidades, foram de curta duração.

A escola pública brasileira fracassou. E os altos índices de repetência e evasão — os mais elevados do mundo — atestam esse fracasso que, em grande parte, é devido à escandalosamente alta taxa de reprovação nas primeiras séries. Já no primeiro ano escolar, metade das crianças matriculadas é reprovada.

É essa reprovação maciça que reduz a capacidade de nossas escolas abrir novas matrículas a cada início de ano. Fala-se em “falta de vagas”, quando na realidade se deveria falar na incapacidade de a escola ensinar e na sua impossibilidade de promover a maior parte de seus alunos às séries seguintes. Estatisticamente, somente 13% dos que ingressam na 1ª série chegam a matricular-se na 8ª série decorrido o tempo normal de oito anos, sem retenção.

Configura-se, dessa forma, a falência da escola pública, não pelo fato de tratar-se de uma escola gratuita e universal mas, sim, pelo fato de ela não corresponder à realidade social dentro da qual se insere. Não é difícil chegar-se à conclusão de que a falência da escola diz respeito à ideologia das classes dominantes, aquelas que tradicionalmente comandam e controlam o sistema de Poder. Tal falência escora-se na falsa noção de homogeneidade cultural, a partir da qual são fixados critérios únicos de aferição e aproveitamento.

Dentro de tal ótica, quem fracassa é a criança e não a escola. Na medida em que a sociedade não é homogênea, a escola pensada para a classe média — a cujos padrões ela deve atender — não sabe lidar com a diversidade, ou seja, a heterogeneidade dos meios culturais de onde provêm as crianças pobres, oriundas de famílias iletradas. Daí, a violência com a qual a sociedade letrada expulsa as crianças pobres da escola, sem lhes dar a esperança de um dia ingressarem no mundo dos cidadãos, dos trabalhadores livres do país e da comunidade dos que podem ter conforto e bem-estar. Afinal de contas, no sistema social brasileiro, cabe às classes dominantes a exclusividade do acesso à propriedade, à cultura letrada e às benesses da sociedade industrial!

A escola pública brasileira faliu. Fala-se em falta de vagas, quando a questão é de incapacidade de ensinar

Em 1983, deparamo-nos com a perplexidade que envolvia a escola pública em face da má qualidade do ensino. E nos perguntávamos: por que a escola pública se tornou o gueto das crianças